



## COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

### PARECER

**PROJETO DE LEI N. 99/2023**

**AUTORIA:** Deputada **Débora Menezes**

**RELATOR:** Deputado **João Luiz**

**Ementa:** Veda expressamente a utilização da denominada “linguagem neutra”, do “dialeto não binário” ou de qualquer outra expressão que descaracterize o uso da norma culta da Língua Portuguesa, na grade curricular e no material didático de instituições de ensino público ou privado e, em documentos oficiais das instituições de ensino e repartições públicas, no âmbito do Estado do Amazonas.

### I – RELATÓRIO

Submete-se a apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, o Projeto de Lei nº 99/2023, apresentado pela Excelentíssima Deputada Débora Menezes, que “Veda expressamente a utilização da denominada “linguagem neutra”, do “dialeto não binário” ou de qualquer outra expressão que descaracterize o uso da norma culta da Língua Portuguesa, na grade curricular e no material didático de instituições de ensino público ou privado e, em documentos oficiais das instituições de ensino e repartições públicas, no âmbito do Estado do Amazonas”.

A proposta foi incluída na pauta das Reuniões Ordinárias dos dias 14, 15 e 16 de fevereiro de 2023.

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2023.10000.00000.9.033697:

ADJUTO RODRIGUES AFONSO - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 10:43:33

MAYARA DA CRUZ FIGUEIREDO PINHEIRO MOREIRA REIS - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 10:48:45

EDNAILSON LEITE ROZENHA - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 12:09:08

GEORGE AUGUSTO MONTEIRO LINS DE ALBUQUERQUE - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 13:05:28

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 0645DA34000DA287 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

Sendo ainda, distribuída às seguintes comissões temáticas: Comissão de Constituição, Justiça e Redação; Comissão de Assuntos Econômicos e, por fim para Comissão de Educação.

Vindo a esta Comissão fui designado relator para tratar a matéria nos termos do que dispõe os arts. 26 e 27, II do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

É o Relatório. Passo a opinar.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

Compete a esta Comissão pronunciar-se quanto a análise de compatibilidade e adequação de proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, como também sobre matérias financeiras, tributárias, orçamentárias, empréstimos públicos, dívida interna e externa, contas do Poder Executivo e direito dos contribuintes, conforme determina o Regimento Interno.

Passando para análise do PLO apresentado pela legisladora, verifica-se que busca vedar expressamente a utilização da denominada “linguagem neutra” do “dialeto não binário” ou de qualquer outra expressão que descaracterize o uso da norma culta da Língua Portuguesa, na grade curricular e no material didático de instituições de ensino público ou privado, bem como de documentos oficiais das instituições de ensino e repartições públicas e, desta forma, garantir aos estudantes o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino.

A linguagem neutra surge a partir da ideia de substituir o uso do masculino para se referir de modo genérico a uma coletividade de pessoas por estruturas neutras que englobem mulheres e pessoas não binárias, fazendo disso uma proposta inclusiva.

No entanto, a história da língua portuguesa e o funcionamento da estrutura gramatical regente revelam que os referidos argumentos não subsistem.

Com efeito, o chamado gênero gramatical não se confunde, em nada, com o gênero biológico. Por essa razão, as estratégias gramaticais de neutralização de pronomes e palavras não funcionariam como ferramenta para a efetivação do princípio

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2023.10000.00000.9.033697:

ADJUTO RODRIGUES AFONSO - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 10:43:33

MAYARA DA CRUZ FIGUEIREDO PINHEIRO MOREIRA REIS - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 10:48:45

EDNAILSON LEITE ROZENHA - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 12:09:08

GEORGE AUGUSTO MONTEIRO LINS DE ALBUQUERQUE - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 13:05:28

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 0645DA34000DA287 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





da igualdade.

Isso porque as categorias gramaticais estão diretamente associadas à concordância formal e funcional que se estabelece entre palavras, de modo a facilitar o processamento linguístico.

Ou seja, as propriedades gramaticais tradicionalmente designadas por gênero e número constituem mecanismos participativos de um procedimento estrutural e estritamente formal do processamento linguístico.

A ruptura de categorias gramaticais geraria uma distorção linguística estrutural, em contrariedade ao uso consagrado da língua portuguesa como idioma oficial do País. Isso porque a elaboração das línguas obedece a um conjunto de propriedades associadas aos reflexos da própria cognição humana, ou seja, submetem-se a uma sucessão ordenada de formulações que visam ao aprimoramento da comunicação em si, em suas diversas formas.

Nessa diretriz de entendimento, têm-se que não podemos permitir as modificações linguísticas adversas à língua oficial do nosso país, não havendo justificativa de incluir a linguagem neutra na grade curricular e materiais didáticos nas escolas públicas e particulares, bem como em documentos oficiais da administração pública.

No mais, considera-se que na narrativa do projeto não há dispositivo que cria ou institua fundos, ou que exija imediatos aportes orçamentários diretos, ou que ofereça benefícios fiscais, limitando-se apenas a coordenação e a atuação de órgãos ou entidades já existentes, logo, não há óbice ao ingresso do presente no ordenamento jurídico estadual.

Portanto, no que diz respeito à análise de adequação a normativa não trará impacto financeiro relevante, estando assim alinhada a Lei de Diretrizes Orçamentárias, ao Plano Plurianual e ao Orçamento Anual, não conflitando com as normas de caráter orçamentário e demais disposições legais em vigor.

Diante do exposto, ao que compete a esta Comissão apreciar, e em sintonia com o entendimento da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, concluo que o referido Projeto de Lei segue apto para prosseguimento, na forma regimental.

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2023.10000.00000.9.033697:

ADJUTO RODRIGUES AFONSO - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 10:43:33

MAYARA DA CRUZ FIGUEIREDO PINHEIRO MOREIRA REIS - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 10:48:45

EDNAILSON LEITE ROZENHA - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 12:09:08

GEORGE AUGUSTO MONTEIRO LINS DE ALBUQUERQUE - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 13:05:28

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 0645DA34000DA287 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>





### III – CONCLUSÃO

Assim sendo, com fundamentação no artigo 36 do Regimento Interno, estando os requisitos formais e materiais atendidos, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** à aprovação do **Projeto de Lei n. 99/2023**, de autoria da Excelentíssima Deputada Débora Menezes, conclamando aos nobres pares desta Comissão e ao Plenário desta Casa idêntico voto.

**S.R. DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS** da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, em Manaus, 16 de junho de 2023.

**Deputado Estadual João Luiz - Republicanos**

**Relator**

DOCUMENTO DIGITAL Nº 2023.10000.00000.9.033697:

ADJUTO RODRIGUES AFONSO - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 10:43:33

MAYARA DA CRUZ FIGUEIREDO PINHEIRO MOREIRA REIS - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 10:48:45

EDNAILSON LEITE ROZENHA - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 12:09:08

GEORGE AUGUSTO MONTEIRO LINS DE ALBUQUERQUE - DEPUTADO(A) - EM 11/07/2023 13:05:28

CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO : 0645DA34000DA287 . CONSULTE EM <http://aleam.ikhon.com.br/verificador>

